

Uma mudança de tom JORNAL DA TARDE que nos parece salutar

De uma semana para cá o ministro Dílson Funaro mudou significativamente o tom de suas declarações a respeito de tudo o que se refere à administração e à renegociação da dívida externa brasileira.

Já não se nota mais a arrogância e o tom de bravata de outras ocasiões. Quem não se lembra, por exemplo, da maneira como o ministro Dílson Funaro reagiu às cobranças do Clube de Paris: "O Brasil paga a dívida que puder pagar e quem não estiver contente com isso que devolva o cheque"?

- 3 OUT 1986

E, há alguns meses, em Buenos Aires, Funaro ainda falava em atitudes unilaterais, em limitar por conta própria a transferência de juros da dívida externa a 2,5% do Produto Interno Bruto...

Nesta semana, em Washington, o ministro da Fazenda mostrou-se bem mais realista. Pela primeira vez percebe-se que entendeu que uma dívida é, em última análise, um negócio entre credor e devedor e, consequentemente, tem que levar em conta as duas partes. E que, se o objetivo do devedor é um acordo em novas bases, o mínimo que se deve esperar é que haja concordância de ambas as partes e não uma imposição de uma sobre a outra, ou de uma capitulação incondicional desta diante daquela.

A viagem anterior do ministro da Fazenda aos Estados Unidos e à Europa parece ter-lhe feitobem. E, agora, os contatos que teve com autoridades norte-americanas e com os banqueiros que se reuniram em Washington para a assembléia anual do FMI deram-lhe uma noção mais clara de como realmente funcionam as coisas no mundo das finanças. E, finalmente, as omissões propostais do Brasil entre os países que deveriam ter tratamento preferencial para suas dívidas, primeiro no discurso inaugural do presidente Ronald Reagan e, depois, no pronunciamento do secretário norte-americano do Tesouro, James Baker, devem ter sido entendidas como avisos de que não se pode brincar com a dívida externa.

Outras indicações enfáticas de que o ministro da Fazenda mudou — pelo menos de tática — foi o pronto desmentido de declarações a ele atribuídas de que esperaria por um acordo com os credores somente até o final de dezembro, antes de tomar medidas unilaterais, e a nova disposição do ministro de admitir uma certa supervisão do FMI no acordo plurianual da dívida externa que começa a ser renegociado.

A hipótese do monitoramento da economia brasileira pelo Fundo vinha sendo repelida até aqui com toda a veemência como se se tratasse de um pacto com Belzebu. Agora já se fala, um tanto eufemisticamente, de uma espécie de relatório aberto sobre a economia brasileira que seria encaminhado pelo FMI aos credores externos, anualmente, para que estes possam acompanhar de maneira confiável a evolução da situação financeira do País.

Em boa hora o governo brasileiro abandona uma atitude que sempre nos pareceu fruto de imaturidade política. O argumento oficial era que o FMI impõe a recessão econômica e bloqueia o crescimento. Ora, o acordo que o México acabou de celebrar "em princípio" com seus credores, sob os auspícios do próprio FMI, prova exatamente o contrário. O México, cuja situação financeira é bem mais precária do que a do Brasil, conseguiu que o nível de transferência de recursos aos credores fosse revisto a seu favor todas as vezes que houvesse queda nos preços internacionais do petróleo ou que mudanças importantes no comércio mundial provocassem uma deterioração de sua conta de comércio de modo a impossibilitar o cumprimento do acordo.

Por aí — no fundo, não é mais que isto o que deseja o Brasil — se vê que não há razão para acusar o FMI de rigidez, miopia ou falta de sensibilidade para com as necessidades dos países em desenvolvimento. Aliás, assim também está pensando o diretor do Instituto de Economia Internacional, Fred Bergsten. Segundo ele, o acordo conseguido pelo México provou que o FMI e os credores externos estão comprometidos com o crescimento econômico dos países endividados, o que, aliás, não é senão a confirmação do óbvio, já que ninguém tem maiores motivos que um credor para zelar pela saúde econômica daqueles de quem espera receber alguma coisa.

Esperamos que o governo brasileiro e, mais particularmente, o ministro Dílson Funaro, tenham entendido que as negociações para a reestruturação da dívida externa não são um jogo de pôquer onde só se ganha quando alguém perde. O governo dos Estados Unidos ou os dirigentes dos países desenvolvidos, quando se sentam com os dirigentes brasileiros para encontrar uma saída, são, antes de mais nada, pragmáticos. Têm noção clara dos interesses em jogo e sabem negociar (o que exclui as imposições unilaterais). Assim, não há lugar para blefes, porque todos sabem, exatamente, as cartas que cada um tem nas mãos. Trata-se, ao contrário, de buscar os interesses comuns. Os Estados Unidos sabem, por exemplo, da necessidade imprescindível que o Brasil tem de dinheiro novo, e sabem que só poderá obtê-lo no mercado financeiro internacional, pelo menos por enquanto. E, já que isso é sabido, as ameaças de atitudes unilaterais que fechariam esta porta ao País só podem ser vistas como manifestações de imaturidade. Por outro lado, o Brasil sabe dos problemas que os EUA estão enfrentando com o seu déficit comercial e sabe também que os próprios congressistas norte-americanos já chegaram à conclusão — conforme relatório do Congresso dos EUA que publicamos e comentamos — de que o caminho para melhorar o perfil desta conta passa, necessariamente, pela expansão das economias latino-americanas, do poder de consumo dessas economias e do crescimento das importações, feitas por este continente, dos Estados Unidos. Ora, é claro que é por esta conjunção de interesses que se poderá conseguir alguma coisa de concreto e de benéfico para ambos, e não por meio de ameaças vazias.

Felizmente, tudo indica que por trás da retórica agressiva que ainda se ouve, esporadicamente, dos negociadores brasileiros, ou por trás das omissões intencionais nos discursos oficiais dos governantes norte-americanos, Brasil e Estados Unidos caminham para uma posição de consenso, fato que estaria levando o ministro Funaro a moderar sua linguagem nestes últimos dias. E este quadro novo pode pavimentar o caminho não só para um acordo aceitável na questão do endividamento externo, mas também para todo o desenvolvimento econômico nacional em bases sólidas e duradouras.